

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Eduardo Scheidt

Doutorando em História Social na USP

Mestre em História pela UNISINOS

Resumo

Este artigo analisa o processo de construção da memória da Revolução Farroupilha na historiografia, desde meados do século XIX até os anos recentes. Constatamos que, ao longo do tempo, surgiram diversas e contrapostas versões sobre o movimento rio-grandense, especialmente em referência ao “separatismo” ou “não separatismo” dos farrapos e a respeito de presenças ou ausências de influências rio-platenses na Revolução Farroupilha.

Abstract

This article analyses the processes of the construction of the memory about the *Farroupilha* Revolution in the historiography, since XIX century until recent years. We found out that, along the years, it has appeared several and contrary versions about the movement, particularly with reference to the “separatism” or “non separatism” of the *farrapos* and in respect of the presence or lack of influences from the *Rio de la Plata* countries in the *Farroupilha* Revolution.

Palavras-Chave

Memória • Historiografia • Representação • Revolução Farroupilha • História Política

Keywords

Memory • Historiography • Representation • *Farroupilha* Revolution • Political History

A Revolução Farroupilha é o tema mais trabalhado pela historiografia rio-grandense. O movimento é o fato histórico que ganhou maior relevância tanto na produção historiográfica quanto no imaginário popular. Ao longo do tempo, entretanto, a memória da Revolução tem sido constantemente modificada, proporcionando, inclusive, controvérsias e impasses na produção historiográfica.

Partimos do pressuposto de que toda produção historiográfica consiste em uma representação, ou seja, em uma construção ou versão de alguém ou de um grupo sobre um acontecimento do passado. Há muito tempo já abandonou-se a ambição de se chegar à verdade absoluta ou de reconstruir os acontecimentos históricos *wie es eigentlich gewesen*, conforme propunha Ranke no século XIX¹. Por outro lado, não partilhamos de posições que afirmam que tudo em história é ficção, não havendo possibilidades de acesso ao real. Sobre esta questão, estamos de acordo com o posicionamento de Helenice Rodrigues da Silva (2000) em um texto recente sobre o tema:

190

¹ Nas últimas décadas, tornou-se recorrente ressaltar o caráter representacional de toda produção historiográfica e a conseqüente crítica às posições positivistas e às científicas, como a dos *Annales* e o marxismo, que buscavam o estabelecimento de verdades na investigação históricas. Algumas correntes pós-modernas radicais inclusive apontam para o caráter ficcional da história, afirmando que esta seria uma mera forma de narrativa literária como as outras. Não nos cabe, aqui, entrar nestas polêmicas. Entretanto, queremos chamar a atenção para o fato de que a discussão em torno da impossibilidade de se chegar à verdade absoluta no conhecimento histórico está longe de ser recente. No interior do próprio marxismo, por exemplo, a possibilidade do estabelecimento de verdades absolutas foi bastante contestada. Em seu livro *História e verdade*, Adam Schaff (1988) procura responder a duas questões: 1ª, por que diferentes autores, trabalhando com as mesmas fontes, chegam a conclusões distintas e até mesmo contraditórias?; 2ª, a verdade objetiva é possível na ciência histórica? Para responder estas questões, Schaff buscou fundamentações na teoria do conhecimento. O autor sustenta que, mesmo com muitas variações entre eles, há três modelos de conhecimento: 1º, a teoria do reflexo, segundo a qual o conhecimento se dá pela ação do objeto (que tem existência real) sobre o sujeito, que tem papel passivo, mero registrador do objeto; 2º, o modelo idealista, no qual só o sujeito existe e cria o objeto através de sua imaginação; 3º, o princípio da interação, segundo o qual tanto o sujeito quanto o objeto tem existência real, havendo uma interação entre eles no processo do conhecimento. Adam Schaff defende este terceiro modelo, argumentando que as diferentes interpretações de um mesmo acontecimento histórico ocorrem porque sempre há a interferência do autor e suas subjetividades em um texto histórico. Neste sentido, não há verdade absoluta, e sim o estabelecimento de verdades parciais, que vão sendo superadas e/ou complementadas por outras verdades parciais, ao longo do tempo. O conhecimento histórico, é pois, um processo e a verdade também.

Admite-se, de longa data, que toda realidade, como conhecimento, é uma **representação**. [...].

Quanto à prática histórica, convém lembrar que, há tempos, o historiador aprendeu a não confiar no realismo documentário, que tendia a apresentar o “texto” e/ou o documento (rastro de um acontecimento) como a “reprodução fiel da realidade”. Na verdade, o “texto” não é outra coisa senão a **representação do real**. Com efeito, a reconstituição da realidade não passa de uma inferência, de uma dedução: ela é o fruto de uma construção subjetiva; em outras palavras, ela reflete o ponto de vista daquele que a relata. (Silva 2000: 83-84).

É em virtude do fato de todo texto histórico ser uma representação, que encontramos, entre distintos autores, diferentes versões de um mesmo acontecimento do passado. Neste sentido, toda produção historiográfica é de alguma forma demarcada pelo posicionamento de seu autor, de suas visões de mundo e do contexto da época.

Ainda sobre esta questão, o livro *A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica*, de Carlos Alberto Vesentini (1997) contém importantes aportes teórico-metodológicos sobre o trabalho do historiador, especialmente no que tange às intrincadas relações entre fato, memória, historiografia e luta política. Esta reflexão levou Vesentini a concluir que a produção historiográfica é uma construção, uma representação de diferentes segmentos sociais, que o autor identifica com a construção da memória histórica. Em suas pesquisas, o autor teve a “[...] percepção de como a memória pode ser constantemente apropriada e reelaborada pelo poder, em momentos históricos diversos. Vencedor e poder, identificados, reiteram o mesmo procedimento de exclusão.” (Vesentini 1997: 17). Ou seja, para o autor, a construção da memória histórica está diretamente relacionada à luta política, na qual os vencedores impõem a sua memória à sociedade, excluindo as versões dos segmentos vencidos. A História que prevalece, segundo esta percepção, é a História dos vencedores.

Com base nestes pressupostos, objetivamos, neste artigo, fazer uma reflexão sobre a construção do “fato” Revolução Farroupilha. Tomando como fonte alguns textos selecionados, desde o século XIX até os anos recentes, procuraremos analisar como a construção da memória da Revolução Farroupilha vem sendo modificada ao longo do tempo, em diferentes conjunturas históricas. Chamamos a atenção para

o caráter preliminar de nossas reflexões, reconhecendo a necessidade da realização de investigações mais aprofundadas, talvez até mesmo alguma tese de doutorado ou dissertação de mestrado, para se chegar a conclusões mais precisas.

* * *

Os primeiros escritos sobre a Revolução Farroupilha apareceram na primeira metade do século XIX, ainda durante o movimento rio-grandense. Estes primeiros textos constituem-se em duas memórias de pessoas envolvidas no episódio, ambas legalistas e antifarroupilhas que, devido a este posicionamento político, procuraram construir uma memória desfavorável à Revolução.

A primeira memória é de João da Cunha Lobo Barreto, major do exército imperial e português de nascimento. Não há certeza quanto ao ano da produção de seu texto, mas é provável que tenha sido em 1838, ano de expansão das forças farroupilhas, cuja vitória na Batalha de Rio Parto é definida como “deplorável” pelo autor já no título do suas memórias. Barreto inicia seu texto afirmando que a abdicação de D. Pedro I abriu espaços para a “exaltação extraordinária” de idéias, permitindo a atuação de “utopistas niveladores” e da “plebe”. Estas teriam sido as causas das revoltas nas províncias brasileiras. No Rio Grande do Sul, entretanto, a causa principal teria sido uma intriga internacional proporcionada pelo Padre José Antônio Caldas, o líder da independência da Cisplatina Juan Lavalleja e o futuro chefe dos farrapos Bento Gonçalves da Silva, que teriam conspirado pela sublevação do Rio Grande, separação do Brasil e união à República Oriental do Uruguai². Com isto,

192

² Grande parte da historiografia faz referências sobre a “conspiração” de Lavalleja (que estava exilado no RS), Bento Gonçalves e o padre Caldas para separar a então província do Império brasileiro e unila a uma confederação platina. Este “plano” foi denunciado durante a abertura dos trabalhos da Assembléia Legislativa, em abril de 1835, e foi objeto de instauração de um processo contra os farroupilhas em 1836, quando Porto Alegre foi retomada pelos legalistas durante a Guerra dos Farrapos. Conforme veremos ao longo deste trabalho, a historiografia sobre a Revolução Farroupilha foi demarcada por muitas controvérsias, especialmente em torno do “separatismo” ou “não separatismo” dos farrapos. Os autores defensores do não separatismo, como Walter Spalding e Dante de Laytano procuram negar o envolvimento de Bento Gonçalves ou até mesmo do padre Caldas na suposta conspiração.

segundo o autor, a Revolução no sul foi “mais desastrosa” que nas demais províncias “rebeldes”, contribuindo para tal a inexperiência do Império no trato com rebeliões, a proximidade dos “vulcões revolucionários” que eram as províncias hispano-americanas e o costume dos rio-grandenses com a prática da guerra, fornecendo bons soldados aos “desordeiros” e “modernos utopistas”.

O autor da outra memória é Rodrigo Pontes, que escreveu seu texto em 1844, nos momentos finais do movimento farroupilha. De forma semelhante a Barreto, Pontes também reclama do “exagero” de propagação de idéias democráticas após o 7 de abril de 1831. No Rio Grande do Sul, as “doutrinas do mais requintado demagogismo” eram disseminadas pela imprensa local. Pontes caracteriza o movimento rio-grandense como uma sedição, a qual, além da propagação de idéias, foi causada também pela “ignorância” da população, que teria sido enganada pelo discurso da separação. Outras causas da revolta apontada pelo autor seriam as proximidades e as influências das Repúblicas do Prata. Desta forma, as agitações promovidas pelos partidos platinos e seus agentes na província teriam contribuído para promover o “incêndio” que levou à revolta.

Ambos autores, portanto, procuraram construir uma memória desfavorável à Revolução Farroupilha, buscando desqualificar o movimento e justificar, assim, a necessidade de derrotá-lo. Na perspectiva destes autores, a Revolução Farroupilha é caracterizada como revolta, rebelião contra o Império, promovida por “agitadores”, “desordeiros”, “utopistas” influenciados tanto por ideologias consideradas equivocadas quanto pelas proximidades das Repúblicas do Rio da Prata, que, através de seus “caudilhos”, teriam estimulado e até ajudado a eclosão da rebelião na província sulina.

Nas primeiras décadas após a derrota da Revolução Farroupilha, foi imposta, pois, a memória do vencedor. A versão do Império e dos legalistas rio-grandenses foi a que prevaleceu, enquanto a voz dos derrotados farroupilhas permaneceu calada durante a maior parte do século XIX.

O primeiro livro a ser publicado sobre a Revolução Farroupilha, em 1881, foi *Guerra civil no Rio Grande do Sul*, de Tristão de Alencar Araripe. O autor, cearense de nascimento, foi deputado federal, presidente do Pará e presidente do Rio Grande

do Sul entre 1876 e 1877. Assim como as memórias anteriores, o livro de Araripe posiciona-se contra o movimento rio-grandense, caracterizado como uma sedição, na sua primeira fase de deposição do presidente da província Antônio Braga³, evoluindo para uma rebelião, a partir da separação e proclamação da “República Rio-Grandense”. Segundo Araripe, tratava-se de uma “república de fachada”, pois encobriria um regime militar e não democrático. Quando se referia ao Estado fundado pelos farroupilhas, o autor sempre utilizava o termo pejorativo de “República de Piratini”, menosprezando o Estado que os farrapos tentaram construir. O regime implementado teria sido caracterizado pela “caudilhagem” dos líderes rio-grandenses, fortemente influenciados pelos caudilhos do Rio da Prata. Os rio-grandenses teriam diversas vezes procurado refúgio no Uruguai, de onde tramavam suas ações militares. As relações com o Prata somadas à falta de empenho do governo imperial teriam sido as causas da longevidade da guerra no Rio Grande do Sul.

No ano seguinte, Joaquim Francisco de Assis Brasil lança *História da República Rio-Grandense*, primeiro livro escrito por um rio-grandense e favorável à Revolução Farroupilha. Embora reconheça as influências hispânicas no Rio Grande do Sul, diferentemente dos demais autores, Assis Brasil enfatiza a singularidade dos rio-grandenses, cujas determinações climáticas e de raça os diferenciaria dos vizinhos platinos. Assim, a proximidade do Prata pouco teria influenciado o movimento rio-grandense, sendo que as influências intelectuais da “Jovem Itália”, trazidas por Tito Lívio Zambeccari, teriam sido maiores. Segundo o autor, a opressão econômica e política do Império é que teria desencadeado a Revolução Farroupilha, tornando justo, desta forma, o movimento. Assis Brasil, ao contrário do que se escrevia até então, nega o separatismo dos farrapos, afirmando que seus propósitos foram pela federação e que o movimento só tomou rumos separatistas devido as circunstâncias opressivas do Império.

³ Trata-se de Antônio Rodrigues Fernandes Braga, então presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Na época do Império, os presidentes das províncias eram nomeados pelo governo central e, em geral, eram oriundos de regiões distantes, sendo que uma das reivindicações dos farrapos era o direito de escolha do ocupante do cargo. Daí o fato da Revolução Farroupilha ter iniciado com a deposição de Braga em 20 de setembro de 1835.

Assis Brasil, portanto, começou a construir uma memória da Revolução Farroupilha diferente dos demais autores, caracterizando-a como um movimento justo, contra a opressão do Império, não separatista e pelo republicanismo e pela federação. O autor foi o primeiro a tentar reconstruir a voz dos farrapos, posicionando-se a favor dos revolucionários rio-grandenses. A partir de então, passou a ser recorrente construir a história da Revolução sob o ponto de vista dos farrapos, tendo sido Araripe o último a elaborar uma versão contrária.

Embora estivessem se reportando à Revolução Farroupilha, através da construção de memórias divergentes, tanto Araripe quanto Assis Brasil escreviam em meio às lutas políticas de seu tempo. Mais do que a memória da Revolução, o que estava em jogo era o movimento republicano, que crescia em todo o Brasil nos princípios da década de 1880. Neste sentido, enquanto Araripe, monarquista convicto, procurava, por meio de uma análise desfavorável à República Rio-Grandense, apontar as mazelas do regime republicano, Assis Brasil, ligado ao clube dos republicanos rio-grandenses “20 de Setembro”, fazia exatamente o contrário, justificando e defendendo o republicanismo dos farroupilhas. Durante as lutas políticas do final do Império, a Revolução Farroupilha cresceu de importância como fato, sendo evocada tanto pelas facções contrárias quanto pelas favoráveis à instalação do regime republicano no Brasil.

O final do século XIX e primeiras décadas do XX caracterizaram-se pela ascensão e consolidação do regime republicano de inspiração positivista no Rio Grande do Sul, demarcado pelo governo de Júlio de Castilhos e os sucessivos mandatos de Borges de Medeiros como presidente do estado.

No processo de construção da memória da Revolução Farroupilha durante esta conjuntura, destaca-se a vasta obra de Alfredo Varela, autor que, até os dias de hoje, mais pesquisou e produziu sobre a Revolução Farroupilha, legando um grande número de livros⁴. Varela herdou boa parte da documentação utilizada de Domingos

⁴ Entre as principais obras do autor, cujos volumes possuem mais de 500p. cada, destacamos: Varela 1915, 1919, 1929, 2v.

José de Almeida, um dos líderes dos farroupilhas que pretendia escrever sobre o movimento. Fundamentado nestes documentos, o autor construiu uma versão do movimento farrapo singular e original para a época.

Em primeiro lugar, Varela busca dar à Revolução Farroupilha um caráter de epopéia, exemplo máximo do “heroísmo” do povo rio-grandense, que levantou-se em armas pela República e contra a opressão de um Império. O autor, de certa forma, dá continuidade à reconstrução da voz dos farroupilhas iniciada por Assis Brasil, acentuando, porém, a importância da Revolução como fato, ao construir sua memória de forma tão ufanista.

No conjunto de suas obras, o autor ressalta os laços dos rio-grandenses com os vizinhos platinos. Para Varela, a eclosão da Revolução Farroupilha foi fortemente influenciada pelas Repúblicas do Prata. Só que, diferentemente de seus antecessores, Varela caracteriza como positivas estas influências platinas. Segundo o autor, o republicanismo, implementado pelas ex-colônias espanholas, estava relacionado com a democracia, o progresso, a independência e a igualdade social, contrastando com a política brasileira de continuidade do monarquismo português, associado à aristocracia, ao atraso e à manutenção do absolutismo e do “antigo regime”. Ao ser influenciado pelo Prata, o Rio Grande do Sul, conforme esta visão, tornou-se diferente das demais províncias do Império, destacando-se como o defensor da democracia e do republicanismo em contraste com o “atraso” monárquico do Brasil.

Outra característica da obra de Varela é o reconhecimento e a defesa da Revolução Farroupilha como separatista. Segundo o autor, as tendências separatistas sempre estiveram presentes na província sulina, muito antes da eclosão da Revolução Farroupilha, pois seriam inerentes à formação histórica do Rio Grande do Sul. Conforme Varela, Bento Gonçalves já seria um republicano convicto desde seus contatos com Artigas e teria tramado com seu amigo Lavalleja a separação do Rio Grande do Sul do Império e a constituição de uma liga com os Estados platinos. Segundo o autor, mesmo quando falavam de federação com as demais províncias brasileiras, o que os farroupilhas desejariam era uma tênue união entre estados soberanos e independentes.

Alfredo Varela é, pois, o construtor de uma memória da Revolução Farroupilha que demarcou uma época. Indiscutivelmente, é a partir dos trabalhos desse autor,

que o movimento adquire o “status” de fato maior da História do Rio Grande do Sul. Ao caracterizar a Revolução Farroupilha como uma epopéia, um ato heróico dos rio-grandenses que desafiaram o Império, lutando para se separarem e viverem independentes, Varela estava em sintonia com a forte identidade regional, característica do Rio Grande do Sul durante a República Velha. O estado tinha uma constituição própria, muito diferente da constituição nacional em muitos pontos como o mandato do presidente do estado de cinco anos e a possibilidade de sucessivas reeleições, enquanto o presidente da República tinha mandato de quatro anos e a reeleição era vedada. Em meio a uma conjuntura em que a singularidade do Rio Grande do Sul era acentuada, quando o estado estava voltado para si mesmo, o fato Revolução Farroupilha, nos moldes como vinha sendo construído por Varela, ganhou grande importância no sentido de demarcar esta forte identidade regional, com a qual os rio-grandenses procuravam ressaltar suas diferenças com relação aos demais estados do Brasil.

A Revolução de 30 e ascensão de Getúlio Vargas ao poder acarretaram profundas transformações na política nacional e, em especial, na rio-grandense. A chegada de um gaúcho à presidência da República, com uma política de integração nacional entre suas propostas, colocava em cheque a política de isolacionismo do Rio Grande do Sul, implementada durante a República Velha.

Neste sentido, a memória da Revolução Farroupilha como separatista e influenciada pelo Prata, que estivera em perfeita sintonia com a época da República Velha, passou a ser destoante na nova conjuntura. Em meio às “campanhas de nacionalização”, era preciso “abrasileirar” o Rio Grande do Sul e um dos caminhos foi a construção de uma outra memória da Revolução Farroupilha. É neste momento que surge o “círculo historiográfico”, composto por diversos autores, a maioria deles identificados com o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, que passam a defender o não separatismo e a “brasilidade” da Revolução Farroupilha.

Quem inaugura esta nova versão é Aurélio Porto (1933, 1934, 1935 e 1937), em suas notas na publicação da documentação do processo contra os farrapos. Em seus escritos, o autor comenta que a Revolução Farroupilha foi um movimento brasileiro, assim como as demais revoltas nas províncias do Nordeste, sendo que

os farrapos não pretenderiam se separar do Brasil, embora os documentos publicados juntamente com as notas sugerem uma leitura contrária.

Seguindo as diretrizes de Aurélio Porto, Emílio Fernandes de Souza Docca, em seu livro *O sentido brasileiro da revolução farroupilha*, tenta provar o não separatismo e a brasilidade dos farrapos por meio do federalismo. Segundo o autor, os farroupilhas não queriam a separação, mas sim implementar a federação no Brasil, que seria uma tendência orgânica do povo brasileiro, devido ao tamanho territorial e às diferenças climáticas e raciais das distintas regiões.

Em sua obra *História da República Rio-Grandense (1835-1845)*, Dante de Laytano também nega as intenções separatistas dos farrapos, alegando que a proclamação da República Rio-Grandense seria um afastamento temporário, somente enquanto as demais províncias brasileiras ainda não aderissem à República. Quanto às influências do Prata, o autor busca minimizá-las, afirmando que houve apenas adesões de alguns platinos à causa rio-grandense e que o republicanismo era uma ideologia universal, de origem européia, longe de estar restrita à América espanhola. Enquanto negligenciava as relações com a região do Prata, Dante de Laytano procurava demonstrar as ligações dos farroupilhas com os demais movimentos liberais de outras províncias do Brasil, especialmente com as rebeliões no Nordeste.

Já Walter Spalding, no livro intitulado *A revolução farroupilha*, afirma que o movimento rio-grandense não foi nem separatista nem republicana. Assim como Souza Docca, Spalding defende que o que os farrapos desejariam era a federação entre as províncias brasileiras. O autor é o mais radical defensor do “nacionalismo” dos farrapos, transpondo, em sua obra, o contexto da década de 1930 para a época da Revolução Farroupilha, ao afirmar que o único fim da Revolução fora “desoprimir” a província, afastando dela, e de todo o Brasil, os “elementos antinacionais”.

A partir desta nova memória da Revolução Farroupilha, procurava-se não mais destacar as diferenças do Rio Grande do Sul em relação ao resto do país, mas justamente o contrário. Agora, tentava-se, através da construção da memória histórica, mostrar que os rio-grandenses sempre foram “bons brasileiros”, ressaltando as similaridades entre o estado sulino e os demais do Brasil. Assim como Getúlio Vargas,

os farroupilhas também teriam seguido o lema “o Rio Grande de pé, pelo Brasil”. Mais uma vez, pois, modifica-se a memória de um episódio do passado em função de lutas políticas do presente.

A construção desta nova memória sobre a Revolução Farroupilha, entretanto, não foi um processo pacífico, suscitando resistências a ele. Em 1933, no auge do processo de construção da nova versão historiográfica, Alfredo Varela publica a *História da grande revolução*, sua maior obra, em seis volumosos tomos de mais de 500 páginas cada, reafirmando suas concepções sobre o separatismo dos farroupilhas e as influências das Repúblicas do Prata no movimento rio-grandense.

A publicação da obra de Varela “caiu como uma bomba” no recém fundado círculo historiográfico, proporcionando uma profunda comoção nos meios intelectuais e inaugurando um longo período de polêmica entre os construtores da memória da Revolução Farroupilha. Varela chegou a ser acusado de “traidor da pátria”, enquanto acusava seus críticos de “falsificar” a história, ao tentarem impor um discurso contemporâneo a um período do passado.

Os debates acalorados demonstram o quanto o fato Revolução Farroupilha tinha importância para a conjuntura política de então. Os defensores da política varguista procuravam, através da construção de uma nova memória para o movimento, buscar fundamentos para a intervenção rio-grandense na política nacional, tentando provar que os rio-grandenses sempre foram bons brasileiros e partidários da unidade nacional. Esta política, entretanto, sofreu resistência entre os defensores da manutenção do isolacionismo do Rio Grande do Sul. Enquanto Vargas financiou a pesquisa de Aurélio Porto nos arquivos nacionais, Flores da Cunha, que seria destituído por Vargas em 1937 ao opor-se à ditadura do Estado Novo, deu recursos do estado para publicação da obra máxima de Alfredo Varela. Neste sentido, mais do que o resgate da verdade histórica, as diferentes versões da Revolução Farroupilha estavam relacionadas com as lutas políticas do momento histórico em que eram produzidas.

Em um estudo sobre a historiografia rio-grandense, a historiadora Ieda Gutfreind constatou que as persistentes controvérsias levaram a historiografia a um impasse entre duas correntes contraditórias: uma defendendo o separatismo e as influências

platinas na Revolução Farroupilha e outra considerando o movimento exclusivamente brasileiro e não separatista (Gutfreind 1992:44).

A partir da década de 1970, surgem novos estudos, entre os quais destacamos o trabalho do brasilianista Spencer Leitman, *Raízes sócio-econômicas da guerra dos farrapos*, no qual as teses de Varela sobre o separatismo e as influências platinas são retomadas. Neste mesmo período, também publica-se a obra *Modelo político dos farrapos*, de Moacyr Flores, o qual admite a República Rio-Grandense como soberana e independente, ainda que esta não fosse a intenção inicial dos farrapos, mas nega que tivesse havido influências do Prata sobre os rio-grandenses. Recentemente, em sua tese de doutorado *República Rio-Grandense: realidade e utopia*, Flores reafirma o separatismo do movimento farroupilha.

Ainda referente ao período dos anos 70 e 80, destacamos também os textos de Helga Piccolo (1985, 1985a, 1986/7), que não avaliam o movimento farroupilha como separatista, mas como uma busca de autonomia para a então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Outra característica das obras da autora é a abordagem da Revolução farroupilha sob a ótica da história nacional, privilegiando as relações dos farrapos com o governo nacional e demais províncias brasileiras.

Embora não mais com o mesmo teor ideológico acentuado dos anos 30, as controvérsias mantiveram-se até o início da década de 1990, persistindo o impasse na produção historiográfica e poucas modificações houve na construção da memória da Revolução Farroupilha.

É somente a partir de meados da década de noventa, que surgem, especialmente nos meios acadêmicos, trabalhos renovados sobre a Revolução Farroupilha. Com diferentes olhares e novas abordagens, esta historiografia mais recente trouxe à luz novos aspectos do movimento farroupilha, contribuindo para o processo de construção da memória, bem como para a superação daquele persistente impasse sobre o separatismo ou não separatismo e influências rio-platenses no movimento.

Um destes trabalhos recentes é a dissertação de mestrado *As cisões políticas entre os farrapos durante a guerra de 1835 a 1845 no Rio Grande do Sul*, de José Plínio Fachel. A idéia central do autor é a de que os farrapos, ao contrário do que se costumava

demonstrar até então, não eram um grupo homogêneo, havendo muitas divergências e disputas entre eles, especialmente entre os grupos da “maioria” e da “minoria”. Assim, a questão do separatismo revela-se complexa, uma vez que termos como “republicanismo” e “federalismo” tinham distintos significados para as diferentes facções farroupilhas. Segundo o autor, a “maioria” era partidária de uma República independente, enquanto a “minoria” desejava apenas autonomia em relação ao Império. Fachel ainda menciona que os farrapos procuraram estabelecer relações com outros países latino-americanos, principalmente com as Repúblicas do Prata.

Em sua tese de doutorado, intitulada *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*, César Augusto Guazzelli demonstra os entrelaçamentos da luta dos farrapos com as facções políticas em disputa no Rio da Prata, defendendo que o movimento farroupilha só pode ser compreendido no contexto das lutas rio-platenses. Conforme o autor, os farrapos sempre buscaram alianças com as facções políticas platinas, seja com Rosas e Oribe, em um primeiro momento, seja com seus opositores, em outros contextos⁵. Com referência em um dos estudos de José Carlos Chiaramonte (1991), Guazzelli defende a concepção de que o Rio Grande do Sul constituía-se em uma “região província”. Ou seja, semelhante com o que se passava nas províncias rio-platenses, havia no Rio Grande uma forte autonomia local, em uma época em que o Estado-nação brasileiro era ainda inexistente. No contexto platino, as províncias eram soberanas e independentes, sendo estas as

⁵ Estas políticas de alianças, entretanto, foram marcadas por ambigüidades. Embora os farroupilhas tenham procurado, prioritariamente, estabelecerem relações com o conjunto do opositores ao regime de Juan Manoel de Rosas, então governador da província de Buenos Aires, como o presidente do Uruguai, Frutuoso Rivera, e os governantes da província argentina de Corrientes, os republicanos rio-grandenses não deixaram de procurar contatos com Rosas e Lavalleja. O “jogo duplo” nas relações externas esteve presente entre todas facções envolvidas. Rivera, por exemplo, assumia compromissos tanto com a oposição rosista e a “República Rio-Grandense” quanto com o Império do Brasil, sendo que freqüentemente não os cumpria. Rosas estimulava o desencadeamento da Revolução Farroupilha, mas depois posicionou-se contra a mesma e ao lado do governo brasileiro. Da mesma forma, conforme a conjuntura do momento, o Rio Grande do Sul também buscou, ora a aliança com Rosas, ora com seus opositores.

aspirações dos farrapos rio-grandenses. Ainda segundo o autor, as alianças e os intercâmbios com as facções políticas do Prata foram fundamentais à sobrevivência do movimento farroupilha por quase dez anos, especialmente pelo fato dos farrapos terem sido dependentes do porto do Montevideu para seu comércio externo.

Outro trabalho que destacamos é a tese de doutorado *O federalismo no espaço fronteiriço platino. A revolução farroupilha (1835-1845)*, de Maria Medianeira Padoin, na qual a autora faz um estudo contextualizado do “federalismo”. Conforme a autora, havia distintos significados para o termo federalismo na época da Revolução Farroupilha. A maioria dos farrapos concebia a federação como uma união tênue, que garantiria a soberania e a independência da República Rio-Grandense, enquanto a minoria defendia o federalismo apenas como uma reforma da monarquia brasileira, no sentido da descentralização política. Desta forma, o estudo de Padoin demonstra que, para a época da Revolução Farroupilha, uma federação não estava necessariamente em contradição com as independências de seus estados-membros, aproximando-se ao que hoje se entende como uma confederação. Neste sentido, a autora comprova o equívoco do argumento de que os farrapos não teriam sido separatistas porque defendiam o federalismo, argumento este, amplamente utilizado pelos defensores da tese da “brasilidade” do movimento farroupilha. Padoin também destacou a inserção do Rio Grande do Sul no contexto platino, que constituía-se em um espaço privilegiado de fermentação e circulação de idéias federalistas na primeira metade do século XIX.

Em nossa dissertação de mestrado *Concepções de República na Região Platina à época da Revolução Farroupilha*, analisamos os distintos significados de República na época da Revolução Farroupilha. Em meio a diversas concepções de República, identificamos o conflito entre duas grandes correntes de idéias. A primeira, mais radical, caracterizava a República como o advento da modernidade e de uma nova sociedade, a qual garantiria a plena igualdade entre os cidadãos. Conforme a outra concepção, mais moderada, a República seria o regime da garantia das liberdades individuais, principalmente o da propriedade, das leis e da manutenção da ordem. Comparando o republicanismo dos farroupilhas com o dos diferentes setores da facção platina de oposição a Rosas, também constatamos um intenso intercâmbio

de idéias entre os farrapos e os rio-platenses ao longo de todo o período da Revolução Farroupilha. Neste sentido, chamamos a uma especial atenção para a semelhante trajetória das concepções de República no Rio Grande do Sul e no Rio da Prata, havendo simultaneamente um período inicial de predomínio do ideário mais igualitário e radical de República, sempre em tensões com idéias moderadas, bem como um posterior triunfo e predomínio da República moderada em ambas regiões.

É preciso destacar, ainda, os trabalhos mais recentes da historiadora Helga Piccolo. Até os princípios da década de 1990, a autora partilhava da concepção de que o movimento farroupilha não fora separatista em sua gênese, inserindo a Guerra dos Farrapos no contexto nacional (Piccolo 1991). Em seus trabalhos mais recentes, entretanto, percebemos uma certa mudança de enfoque da autora, que passa a privilegiar as relações dos rio-grandenses com os platinos, desvendando os entrelaçamentos do movimento farroupilha com os acontecimentos históricos no Rio da Prata. Em um texto sobre o federalismo, intitulado *O federalismo como projeto político no Rio Grande do Sul*, a autora demonstra que o ideário federalista dos farrapos foi influenciado pelo projeto confederalista de Artigas. Em um outro trabalho, “*Nós*” e os “*outros: conflitos e interesses num espaço fronteiriço (1828-1852)*”, Piccolo aborda as interações entre os movimentos farroupilha e rio-platenses, bem como as complexas alianças dos farrapos com as diferentes facções políticas platinas.

O ressurgimento de um grande número de novos estudos sobre o movimento farroupilha tem demonstrado, pois, o quanto o fato Revolução Farroupilha continua suscitando interesse entre os pesquisadores. Embora o tema seja o mesmo, a construção da memória modifica-se, no interior do processo de inovação da historiografia contemporânea.

Uma das características dos trabalhos mais recentes é o rompimento com a dicotomia “separatismo” X “não separatismo”. Não se objetiva mais tentar provar uma ou outra posição, mas sim, elucidar as complexidades da questão à luz de minuciosas pesquisas nas fontes. Desta forma, as novas investigações têm demonstrado que os farroupilhas constituíam-se em um grupo político heterogêneo, com distintas posições ideológicas entre eles. Além disto, termos políticos como “nação”, “república” e “fede-

ração” tinham, na época do movimento farroupilha, significados muito distintos dos atuais. Neste sentido, os novos estudos têm feito um esforço para analisar como os contemporâneos entendiam aqueles termos políticos nos diferentes contextos de sua época, não mais transpondo, para o passado, os significados atuais. Vivia-se, então, o tumultuado processo de construção dos Estados nacionais, quando as nacionalidades brasileira, argentina ou uruguaia eram ainda inexistentes. O que prevaleciam eram as autonomias locais, com aspirações de soberania.

É neste contexto político da época, muito distinto do atual, que a proclamação de uma República independente no Rio Grande do Sul deve ser compreendida. Os novos estudos têm apontado para o fato de que a maior parte dos farroupilhas realmente desejaram a ampla autonomia e independência do Rio Grande do Sul, estando dispostos, entretanto, a estabelecerem formas de federação com outras províncias brasileiras que também proclamassem a República, desde que a independência política do Rio Grande do Sul fosse mantida.

204

Quanto à questão das relações com o Prata, as novas pesquisas têm reconhecido as muitas interações com os países platinos durante a formação histórica do Rio Grande do Sul. A fronteira com as Repúblicas do Prata constituiu, no passado, muito mais um espaço de intercâmbios e mútuas influências do que uma linha de delimitação entre as populações rio-grandenses e rio-platenses. Nesta perspectiva, a historiografia recente tem trazido à luz novos elementos esclarecedores do quanto a Revolução Farroupilha esteve imbricada com os conflitos que se desenvolviam no Rio da Prata. Os contatos entre farrapos e rio-platenses foram uma constante, ao longo de todo o período do movimento rio-grandense, com o estabelecimento de alianças ofensivas e defensivas, tratados diplomáticos, trocas comerciais e circulação de idéias.

Neste sentido, os novos trabalho rompem com a sistemática de se estudar a história rio-grandense dentro dos limites da história nacional, predominante desde os tempos do “nacionalismo exacerbado” da era Vargas. Atualmente, a maioria dos pesquisadores partilha da concepção de que, para ampliarmos nosso conhecimento do processo histórico rio-grandense, é fundamental a inserção do Rio Grande do

Sul também no contexto histórico platino, superando-se a prática predominante de analisar o estado sulino somente sob a ótica da história nacional.

Acreditamos ser pertinente, agora, perguntar o que teria proporcionado estas mudanças de perspectivas na produção historiográfica recente? Por que a memória da Revolução Farroupilha continua a ser modificada? Pensamos que há uma série de fatores que necessitam ser analisados, ainda não sendo possível estabelecer conclusões mais precisas. De qualquer forma, acreditamos ser possível fazer algumas primeiras reflexões a respeito, esclarecendo, desde já, que trata-se de conclusões preliminares, sem nenhuma pretensão de propor respostas definitivas ou encerrar a questão.

Um dos fatores que tem contribuído para a renovação historiográfica é que as novas investigações têm sido realizados por historiadores profissionais, em minuciosas pesquisas nas fontes promovidas, na maioria dos casos, pelos programas de pós-graduação de universidades rio-grandenses. Neste sentido, tanto a UFRGS, a PUCRS quanto a UNISINOS estão estimulando o estudo da história rio-grandense levando em consideração suas relações não somente com a história brasileira, mas também com a dos demais países latino-americanos, em especial com as Repúblicas do Prata.

As novas contribuições da produção historiográfica recente estão relacionadas, também, com o processo de renovação da história política. Esta já não é mais uma narração factual de acontecimentos, batalhas, datas. Atualmente, analisa-se questões como cultura política, imaginário, significados de termos políticos, circulação de idéias, etc. A nova historiografia política, desta forma, muito tem contribuído na elucidação das controvérsias em torno da produção historiográfica sobre a Revolução Farroupilha.

Sendo a História sempre “História do tempo presente”, as mudanças conjunturais também contribuem para a renovação da produção historiográfica. Hoje, já não vemos mais o nacionalismo exaltado da era Vargas quando, ao buscar uma identidade brasileira para o Rio Grande do Sul, procurou-se provar o “nacionalismo” dos farrapos através do “não separatismo”. Quando o historiador volta-se ao passado, as perguntas que faz às fontes sempre têm algum tipo de relação com o presente. Neste sentido, as atuais aproximações com os países vizinhos, cuja maior expressão são as tentativas de implementação do Mercosul, é uma das explicações para o fato dos

pesquisadores estarem voltados ao desvendamento das históricas relações do Rio Grande do Sul com os países do Prata.

Estes estudos recentes, finalmente, são mais uma demonstração de que não há tema esgotado em História. Com novos olhares, abordagens, metodologias, pesquisas em diferentes fontes e novos questionamentos, sempre encontram-se novas evidências que trazem outras contribuições para o conhecimento histórico, alterando, continuamente, nossos modos de ver os acontecimentos passados, mesmo tratando-se de temas já tão amplamente estudados como a Revolução Farroupilha. A construção da memória, portanto, é um processo, que modifica-se ao longo do tempo, relacionando-se com os distintos momentos históricos.

Ao longo deste artigo, procuramos demonstrar que a construção da memória da Revolução Farroupilha modificou-se profundamente ao longo do tempo, conforme as diferentes conjunturas históricas e as lutas políticas dos momentos em que as diferentes memórias históricas foram construídas ou modificadas. Em diversos momentos, mais do que a busca da “verdade” dos fatos, as memórias do movimento rio-grandense objetivavam fundamentar as disputas políticas da época em que eram produzidas.

As propostas teórico-metodológicas de Vesentini foram de grande auxílio na demonstração do quanto as diferentes memórias do movimento farrapo estiveram relacionadas com as lutas políticas contemporâneas a elas e como o “fato” Revolução Farroupilha tem sido utilizado para intervenções na vida política em diferentes períodos históricos. Retomando as reflexões do autor, afirmamos ser tarefa do historiador não contentar-se com o fato, com as versões herdadas do passado, mas sim desvendar a construção destes fatos e reconstruir as outras versões, as vozes dos vencidos. Neste ponto, Vesentini é enfático: “*De quem esperar, além de nós [dos historiadores], o enfrentamento do fato e de sua verdade?*” (Vesentini 1997: 79).

Neste ponto, pensamos que a historiografia recente avançou bastante na contestação das versões herdadas do passado. Com um exaustivo trabalho nas fontes, os estudos recentes colocam em xeque a visão da Revolução Farroupilha como não separatista e exclusivamente brasileira, demonstrando a complexidade da questão, os diferentes posi-

cionamentos dos farrapos a respeito de federação, república e separatismo, bem como os entrelaçamentos das lutas rio-grandenses com as facções em disputa no Rio da Prata.

Entretanto, muito ainda há que ser pesquisado. Apesar do surgimento de novos estudos, o fato Revolução Farroupilha continua a ocupar o centro das reflexões. Mesmo entre os novos historiadores, continua arraigada a concepção do movimento dos farroupilhas como “fato máximo” da História do Rio Grande do Sul. Enquanto isto, sobre a história rio-grandense da época do Brasil Império, ainda pouco ou nada se sabe sobre o período anterior e posterior à Guerra dos Farrapos. E mesmo sobre este período, os estudos concentram-se nos farroupilhas, não havendo pesquisas sobre o Rio Grande do Sul legalista. Ao procurar desmontar a sistemática da historiografia anterior, que analisava o estado sulino somente sob a ótica da História nacional, os novos estudos têm enfatizado as ligações do Rio Grande do Sul com as Repúblicas do Prata, mas não há nenhum trabalho recente sobre as relações dos rio-grandenses com as demais províncias brasileiras.

Referências Bibliográficas

- ARARIPE, Tristão de Alencar. *Guerra civil no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Corag, 1986. (original de 1881).
- ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. *História da República Rio-Grandense*. Porto Alegre: Cia. União de Seguros Gerais, 1982. (original de 1882).
- BARRETO, João da Cunha Lobo. “Revolução de 1835: apontamentos sobre a revolução do Rio Grande do Sul até o deplorável ataque do Rio Pardo”, in *Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, Oficinas gráficas do Arquivo Nacional, n. 31, 1935, p. 271-354.
- CHIARAMONTE, José Carlos. *Mercaderes del Litoral: economía y sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1991.
- DOCCA, Emílio Fernandes de Souza. *O sentido brasileiro da revolução farroupilha*. Porto Alegre, Globo, 1935.
- FACHEL, José Plínio Guimarães. *As cisões políticas entre os farroupilhas durante a guerra de 1835 a 1845 no Rio Grande do Sul*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre, UFRGS, 1994. Mimeo.

- FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos*. 3. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985. (original de 1978).
- _____. *República Rio-Grandense: realidade e utopia*. Tese de doutorado. Porto Alegre, PUC, 1992. Mimeo.
- GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O horizonte da província: a República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997. Mimeo.
- GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre, UFRGS, 1992.
- LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense (1835-1845)*. 2. ed. Porto Alegre, Globo, 1983. (1. ed: 1936).
- LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da guerra dos farrapos*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- PADOIN, Maria Medianeira. *O federalismo no espaço fronteiro platino. A revolução farroupilha (1835-1845)*. Tese de doutorado. Porto Alegre, UFRGS, 1999.
- PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. "O discurso político na revolução farroupilha." *Revista de História do IFCH/UFRGS*. Porto Alegre, UFRGS, v.1, 1986/87, p. 39-53.
- _____. "O federalismo como projeto político no Rio Grande do Sul." *Solar: estudos latinoamericanos*. Santiago, Sociedad Latinoamericana de Estudios sobre América Latina y el Caribe, n. 7, 1997, p. 43-50.
- _____. "A guerra dos farrapos e a construção do Estado nacional", in *A revolução farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985a, p.30-60.
- _____. "'Nós' e os 'outros': conflitos e interesses num espaço fronteiro (1828-1852)." *Anais da XVII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, SBPH, 1998, p. 217-222.
- _____. "O parlamento nacional e a revolução farroupilha." *Estudos Leopoldenses*. São Leopoldo, UNISINOS, v. 21, n. 88, 1985b.
- _____. "O processo de independência no Rio Grande do Sul", in MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: dimensões*. São Paulo, Perspectiva, 1972, p. 355-372.
- _____. *Vida política no século 19*. 2. ed. Porto Alegre, UFRGS, 1992.
- PONTES, Rodrigo. "Memória histórica." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1923, p. 401-460. (original de 1844).

- PORTO, Aurélio. “Notas ao processo dos farrapos.” *Publicações do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, Oficinas gráficas do Arquivo Nacional, v. 1, 1933; v. 2, 1934; v. 3, 1935; v. 4, 1937.
- SCHAFF, Adam. *História e verdade*. Lisboa, Estampa, 1988. (original de 1974).
- SCHEIDT, Eduardo. *Concepções de República na Região Platina à época da Revolução Farroupilha*. Dissertação de mestrado. São Leopoldo, UNISINOS, 2000.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. “A história como ‘representação do passado’: a nova abordagem da historiografia francesa”, in CARDOSO, Ciro Flamarion e MALEBRA, Jurandir (orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, Papirus, 2000, p. 81-89.
- SPALDING, Walter. *A revolução farroupilha*. São Paulo/Brasília, Cia. Editora Nacional/UnB, 1982. (1. ed: 1936).
- VARELA, Alfredo. *Dois grandes intrigas*. Porto, Renascença Portuguesa, 1919. 2 v.
- _____. *História da grande revolução: o cyclo farroupilha no Brasil*. Porto Alegre, Globo, 1933. 6 v.
- _____. *Política brasileira: interna e externa*. Porto, Livraria Chardron, 1929. 2 v.
- _____. *Revoluções cisplatinas: a República Rio-Grandense*. Porto, Livraria Chardron, 1915. 2 v.